



# O que muda com a **reforma** da **Previdência**



# ATENÇÃO TRABALHADOR!

Estão tentando reduzir  
os seus direitos!



**Cortes de verbas para funcionamento da Justiça do Trabalho comprometem a qualidade do atendimento de quem mais precisa: você, trabalhador!**

**A** ANAMATRA  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS MAGISTRADOS DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Revista Amatra5 é uma publicação semestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - Amatra5

#### DIRETORIA

Presidente: **ROSEMEIRE LOPES FERNANDES**;  
Vice-presidente: **ANGÉLICA DE MELLO FERREIRA**; Diretora-secretária: **EDLAMAR SOUZA CERQUEIRA**; Diretora Tesoureira: **SORAYA GESTEIRA DE AZEVEDO LIMA MARQUES**; Diretor Cultural: **PAULO CESAR TEMPORAL SOARES**; Diretora Social, Esporte e Lazer: **LEA MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**; Diretor de Prerrogativas: **JUAREZ DOURADO WANDERLEY**; Diretora de Comunicação: **CECÍLIA PONTES BARRETO MAGALHÃES**; Diretora de Aposentados e Pensionistas: **MARAMA DOS SANTOS CARNEIRO**; Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: **SILVIA ISABELLE RIBEIRO TEIXEIRA DO VALE**; Diretora da Ematra5: **THAIS MENDONÇA ALELUIA DA COSTA**

#### CONSELHO FISCAL

Titular: **IVANA MÉRICA NILO DE MAGALDI**;  
Titular: **MANUELA HERMES DE LIMA**;  
Titular: **MARIA DA GRAÇA BELINO DE ATHAYDE**; Suplente: **JOSÉ ARNALDO DE OLIVEIRA**; Suplente: **MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO JÚNIOR**; Suplente: **NAIARA LAGE PEREIRA BOHNKE**

#### CONSELHO DE ÉTICA

Titular: **AGENOR CALAZANS DA SILVA FILHO**; Titular: **DALILA NASCIMENTO ANDRADE**; Titular: **LIGIA MELLO ARAÚJO OLIVIERI**; Suplente: **LEA REIS NUNES DE ALBUQUERQUE**; Suplente: **LUCIANO DÓREA MARTINEZ CARREIRO**; Suplente: **MURILO CARVALHO SAMPAIO OLIVEIRA**

#### COMUNICAÇÃO

Assessor de Comunicação: **ADELMO BORGES**;  
Projeto e Editoração Gráfica: **AUTOR VISUAL - DESIGN GRÁFICO/PERIVALDO BARRETO**;  
Fotos: **AMATRA5**; Gráfica: **GRASB**;  
Tiragem: **1.000 EXEMPLARES**

Endereço para correspondência: **AMATRA5**  
Rua Miguel Calmon, nº 285, Ed. Góes Calmon,  
11º andar, Comércio - CEP 40.015-901;  
Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3326-4878 / 3284-6970  
Fax: (71) 3242-0573

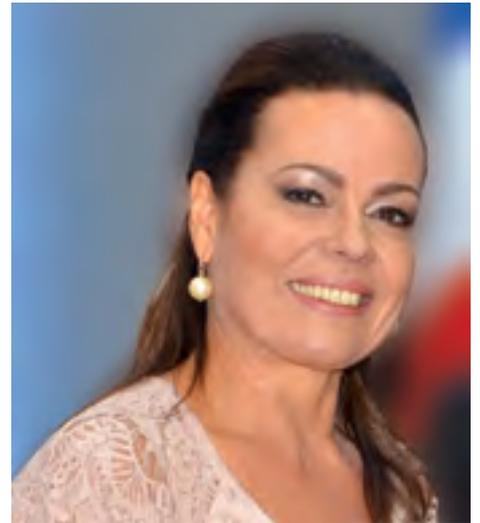
e-mail: [secretaria@amatra5.org.br](mailto:secretaria@amatra5.org.br)

Esta publicação está disponível em PDF no site da Amatra 5: [www.amatra5.org.br](http://www.amatra5.org.br)



As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Amatra5 e do conjunto de seus associados.

# Reforma da Previdência



A nossa revista traz como destaque a reforma da Previdência proposta pelo governo federal. São mudanças significativas, que atingem não só os magistrados, mas todas as carreiras e profissões, causando grande apreensão entre a classe trabalhadora.

Para esclarecer as principais medidas, trazemos uma entrevista com três autoridades no assunto: Luciano Martinez (juiz do Trabalho com doutorado pela USP, especializado em Direito Previdenciário); Frederico Amado (professor de Direito Previdenciário e Procurador do INSS); e Sinésio Cyrino (auditor da Receita Federal aposentado, com especialização em Direito Público). Eles participaram de evento organizado pela Amatra5 para debate do tema entre magistrados e membros do Ministério Público.

Outro destaque da revista é uma entrevista com a psicóloga e psicanalista Mônica Veras, que desenvolve um trabalho relevante com os juízes por meio dos ateliês de psicanálise. Iniciativa da Escola Judicial, o ateliê trabalha o estresse ocupacional advindo da exaustiva rotina de trabalho dos magistrados, resultante de audiências, do acúmulo de processos e de todas as questões enfrentadas em nosso dia a dia na Justiça do Trabalho.

Na sessão dedicada aos aposentados, o destaque é o mestre José Augusto Rodrigues Pinto, professor, jurista renomado e escritor. Aos 87 anos, conserva uma incrível memória para fatos de sua trajetória, além de uma saúde invejável. Na entrevista, ele conta como era a Justiça do Trabalho antes da chegada do computador, além de um caso curioso que julgou quando atuava em Santo Amaro.

O programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) também ganha espaço na revista, com uma reportagem sobre o trabalho desenvolvido com alunos do Centro Educacional Estadual Magalhães Neto, em Salvador, ao longo de 2016. A culminância desta ação ocorreu na Estação da Lapa, durante a 4ª Feira de Artes, Empreendedorismo e Economia Solidária, com demonstrações do aprendizado conquistado pelos alunos acerca do Direito do Trabalho, do Acesso à Justiça e da Cidadania.

Finalmente, aproveitando este momento, nossa mensagem para o ano que se inicia é de renovadas esperanças no ser humano e na sua incrível capacidade de superar obstáculos, avançando na direção do progresso. E, lutando juntos, os resultados são ainda melhores.

Rosemeire Fernandes

Presidente da Amatra5



# ÍNDICE

Culminância do TJC acontece na Estação da Lapa	5
CPC é aprofundado durante congresso trabalhista	7
Entardecer Cultural homenageia duas Marias	10
Curtas Amatra5	13
Reforma da Previdência	15
Cultura e Tecnologia	18/19
“Resolvi ser juiz para combater a opressão contra o trabalhador”	20
Juiz não distribui renda	22
Ateliê de psicanálise alivia o estresse das audiências	24

# Culminância do TJC acontece na Estação da Lapa

*Alunos do Centro Educacional Estadual Magalhães Neto mostraram o que aprenderam em sala de aula*



*Tenho uma turma bem heterogênea, mas eles se empenharam para dar tudo certo*

*Fátima Kalil, professora*



**A**lunos do Centro Educacional Estadual Magalhães Neto, do bairro dos Barris, em Salvador, mostraram que assimilaram bem as aulas sobre direitos e deveres dos trabalhadores, ministradas a partir do programa TJC (Trabalho, Justiça e Cidadania). Eles apresentaram uma peça, em dezembro, na Estação da Lapa, recontando a fábula da formiga e da cigarra durante a culminância do programa. A encenação, que foi encerrada com todos cantando “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores”, de Geraldo Vandré, aconteceu durante a 4ª Feira

de Artes, Empreendedorismo e Economia Solidária, realizada anualmente pela escola.

Na mostra, pais, alunos e comunidade dos Barris puderam comercializar alimentos, confecções e artesanato. A Feira, que aconteceu durante todo o dia, contou com o apoio da Amatra5 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região) e TRT5.

A professora de Língua Portuguesa Fátima Kalil, que organizou a peça, destaca o empenho dos alunos, que leram a cartilha do trabalhador distribuída pela Amatra5 para criar as situações retratadas

no espetáculo, como a exploração dos trabalhadores pelo patrão e a greve. “Tenho uma turma bem heterogênea, mas eles se empenharam para dar tudo certo”, disse.

A jovem Laiana Santos, que estuda na escola, diz que o programa serviu para os alunos aprenderem seus direitos e que os empregadores devem respeitar a legislação e, quando precisarem do trabalhador além de seu horário, devem pagar adicional noturno e hora extra. “Aprendi muito sobre meus direitos e recomendo esse programa”.

A diretora da escola, Daylane Andrade Santos, diz que o TJC ajudou a complementar o que já é feito no centro educacional, que atende a jovens e adultos trabalhadores. “Muitos trabalham na informalidade e não sabem seus direitos”, destacou a professora, que agradeceu o apoio logístico da Amatra5 e TRT5 para a realização da Feira.

A presidente da Amatra5, Rosemeire Fernandes, o coordenador regional do TJC, Agenor Calazans, e a juíza aposentada Geruzia Amorim, participaram do evento e viram de perto a concretização do trabalho desenvolvido em sala de aula. “É muito gratificante perceber que o nos-



so esforço para levar noções de Direito do Trabalho e Cidadania está surtindo efeito”, diz a presidente da Amatra5, que reforça a importância dessa ação de cidadania dos juizes, que saem de seus gabinetes para levar conhecimento para estudantes da rede pública de ensino. Funcionários da Amatra5 distribuíram cartilhas do trabalhador para os visitantes da Feira e para os usuários do terminal de ônibus.

O TJC começou a ser aplicado na escola em junho, quando houve o seminário de capacitação e sensibilização dos

professores. Eles receberam cartilhas do trabalhador elaboradas pela Amatra5 (Associação Nacional de Magistrados) para aplicar em sala de aula e também foram orientados sobre como abordar os temas de acordo com cada disciplina. Depois foram realizadas sessões de tira-dúvidas, nas quais magistrados foram até a escola falar sobre Direito do Trabalho. Outra ação foi a visita, por parte de alunos e professores, ao Fórum Trabalhista do Comércio, no qual eles assistiram a audiências e conheceram como funciona a Justiça do Trabalho.

## TJC VAI AO TEATRO

O TJC também iniciou, em 2016, um trabalho de sensibilização com professores e alunos do colégio estadual Alípio Franca, localizado na Avenida Dendezeiros, na Cidade Baixa. Eles assistiram a palestras no Senai Dendezeiros, ministradas pelos magistrados Agenor Calazans e Geruzia Amorim. Outra atividade com a mesma escola foi a encenação de uma peça teatral, em agosto, no Teatro Gregório de Mattos, em Salvador. Os jovens assistiram a um espetáculo que narra um fato histórico ocorrido no Brasil nos anos 1930 e depois tiveram a oportunidade de aprofundar o tema com dois professores e com os próprios atores.

O episódio, pouco conhecido da população, é levado ao palco pelos atores Bruna Scavuzzi, Brisa Rodrigues, Carlos Darzé e Lucas Lacerda, que integram o coletivo Ponto Zero.

Depois da peça, os alunos se reuniram no foyer do teatro e assistiram a uma aula do professor de História Zé Carlos e da professora Olenêva Sanches, que fez uma abordagem mais filosófica da questão.



# CPC é aprofundado

## durante congresso trabalhista

*Especialistas debatem diversos aspectos do Código de Processo Civil*

*O novo código processual civil vem suscitando a cada dia novos debates e questionamentos e para nós, da seara trabalhista, profundas reflexões acerca de sua aplicação ao processo do trabalho e seus efeitos sobre a efetividade deste*

Rosemeire Fernandes,  
presidente da Amatra5

“O Novo CPC e Processo do Trabalho” foi o tema do XXVI COMAT (Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia), realizado dia 30 de setembro no auditório do Hotel São Salvador, no bairro do Stiep. Alguns dos maiores especialistas do Brasil no tema debateram aspectos relevantes do CPC, falando para uma plateia atenta e interessada.

O evento começou com a execução do Hino Nacional por soldados da Polícia Militar. Na mesa de abertura, a presidente da Amatra5, juíza Rosemeire Fernandes; a presidente do TRT5, desembargadora Maria Adna Aguiar; o procurador chefe do Ministério Público do Trabalho, Alberto Balazeiro; a secre-

tária-geral da Anamatra, Ana Cláudia Scavuzzi; o diretor cultural da Amatra5, juiz Paulo Temporal; e, representando o Colepccor (Colégio de presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho), seu secretário-geral Desembargador James Magno Araújo Farias. A presidente da Amatra5 destacou a maciça presença dos juízes trabalhistas de primeiro e segundo graus e da mesa diretora do TRT5, além dos advogados, estudantes e servidores do Judiciário, destacando que o COMAT, em sua XXVI edição, já se tornou tradição no cenário jurídico baiano.

Ressaltou, quanto ao tema do congresso, que desde o início de sua vigência, o novo código processual civil “vem suscitando a cada dia novos debates e



Foto: Antônio Souto



Ministro do TST  
(Tribunal Superior do Trabalho)  
Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

*Vamos continuar de pé,  
firmes e fortes*

Desembargadora Maria Adna  
Aguilar, presidente do TRT5

questionamentos e para nós, da seara trabalhista, profundas reflexões acerca de sua aplicação ao processo do trabalho e seus efeitos sobre a efetividade deste". Aproveitou a oportunidade para lembrar as ameaças à Justiça do Trabalho, com os cortes no orçamento e as medidas de flexibilização das leis trabalhistas em tramitação no Congresso Nacional. Por fim, agradeceu à diretoria e aos funcionários da Amatra5 pelo sucesso do evento. Depois foi a vez da presidente do TRT5, que saudou o primeiro palestrante, o ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho) Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, enaltecendo suas qualidades como magistrado. Sobre os ataques à Justiça do Trabalho, ela disse ter fé que tempos melhores virão. "Vamos continuar de pé, firmes e fortes", disse.

## Comparação entre os códigos

A primeira palestra do dia coube ao ministro Luiz Philippe Vieira de Mello

Filho, que fez uma comparação entre o Código de Processo Civil de 1973 e o de 2015, ressaltando que vários aspectos foram preservados. O atual, na visão do ministro, tem uma sintonia fina com a Constituição, "criando condições para que o juiz possa proferir decisões rentes à realidade fática". Ressaltou ainda a criação dos precedentes judiciais, que estabelece a jurisprudência como fonte primária do Direito.

Na sequência, uma Roda-Viva tendo à frente o juiz trabalhista do Rio Grande do Sul Ben-Hur Silveira Claus abordou o tema "Efetividade da Execução e o NCPC". Participaram como debatedores a diretora social da Amatra5, Lea Oliveira; a diretora de Cidadania e Direitos Humanos Silvia Isabelle; a vice-presidente Angélica Ferreira; o diretor Cultural Paulo Temporal e os advogados Juliane Facó e Tércio Souza. Foi uma apresentação bem dinâmica, com os debatedores fazendo perguntas ao convidado.

Depois foi a vez do advogado paulista Geocarlos Augusto Cavalcante da Silva tratar do tema “Tutelas do NCPC e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho”. Na sequência, outra Roda-Viva movimentou o evento, com o advogado, procurador do Estado e professor Roberto Lima Figueiredo respondendo perguntas dos seguintes magistrados trabalhistas: Danilo Gaspar, Andréa Presas, Fabiano de Aragão e Thais Mendonça, além da procuradora Rosângela Lacerda, do MPT. O tema foi “Sucessão Processual e o NCPC”, com o palestrante discorrendo sobre as terminologias do antigo e do novo código no que diz respeito às palavras substituição e sucessão, esta última empregada muitas vezes no NCPC. Um momento de emoção foi quando o palestrante lembrou de sua trajetória e reconheceu na plateia vários magistrados que acompanharam seu crescimento profissional, como a desembargadora Débora Machado, que foi sua professora; o juiz Rodolfo Pamplona, seu orientador de Mestrado; além dos

desembargadores Luiz Tadeu e Raymundo Pinto e o juiz Gilmar Carneiro.

Na sequência, o desembargador do TRT/RS Francisco Rossal de Araújo, abordou o tema a “Boa Fé Processual”, trazendo

várias referências filosóficas e religiosas para concluir que a boa fé expressa a maneira de ser de uma sociedade e que o Direito é um reflexo desta. Lembrou que o NCPC trouxe essa questão da boa-fé, que se relaciona com o interesse público e não com o particular.

Fechando o evento, a juíza do Trabalho do Rio Grande do Norte, Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves, abordou o tema “A Ética do Magistado do Trabalho e o NCPC”. Ela começou lembrando que a Justiça do Trabalho recebe anualmente 4 milhões de novos processos. Em sua opinião, como a sociedade vive uma crise nos fundamentos éticos, isso se transfere para os processos judiciais. “O juiz deve coibir a conduta impropria”, disse a palestrante, que conclamou os colegas a refletirem sobre o trabalho que desempenham nas mesas de audiência. Finalizou com um pensamento do educador Paulo Freire intitulado “Esperança Crítica”.

Depois a presidente da Amatra5 encerrou o evento, convidando a plateia para o coquetel com música ao vivo no próprio hotel.

O COMAT, que contou ainda com o sorteio de cursos de Direito e de livros, foi promovido pela Amatra5 e Ematra5 (Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região), com o patrocínio do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e apoio do TRT5 e Fecomércio.

*Desembargador do TRT/RS Francisco Rossal de Araújo*



## ELOGIOS À PROGRAMAÇÃO

O secretário-geral do Colepreecor, desembargador James Magno Araújo Farias, destacou que o evento foi muito bom, demonstrando preocupação com aspectos sociais do Direito do Trabalho e a efetividade do Direito Processual. Segundo ele, os grandes desafios da Justiça do Trabalho são: diminuir o prazo da primeira audiência e melhorar a execução.

Para o juiz do Trabalho Aloisio Cristovam esse tipo de evento é muito importante para a magistratura. “Nos faz refletir acerca de novas dinâmicas que podem levar à efetividade do processo trabalhista”, disse.

## Entardecer Cultural

**homenageia duas Marias**

*Magistradas foram escolhidas pelo trabalho que desenvolvem em suas atividades*



*Essas Marias fazem  
nossa vida mais  
bonita, sobretudo  
nesse momento difícil  
em que estamos  
passando*

*Juíza Rosemeire Fernandes,  
presidente da Amatra5*



**D**uas magistradas que têm Maria no nome receberam, emocionadas, a Comenda Fátima Stern, durante o

Entardecer Cultural da Amatra5, realizado no Hotel Sheraton, dia 19 de outubro. Por meio de votação dos próprios colegas, a Desembargadora Maria das Graças Oliva Boness e a juíza Lea Maria Ribeiro Vieira de Oliveira foram escolhidas para receber a honraria este ano, ambas citadas pela presidente da Amatra5, Rosemeire Fernandes, pelo trabalho incansável que desenvolvem em suas atividades.

A Desembargadora Maria das Graças Boness pela implantação do plano de auto-gestão em saúde do TRT5 e por sua trajetória de luta na Justiça do Trabalho. A juíza Lea Maria Vieira por ter sido a

responsável, como diretora social e de eventos da Amatra5, pelo maior CONAMAT (Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista) da história, realizado no ano passado, em Salvador, com a presença de mais de 800 magistrados de todo o país.

A medalha do Mérito Judiciário foi para a Neojibá (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), no ato representada pelo maestro Eduardo Torres. A presidente disse que a a orquestra Neojibá foi uma escolha da diretoria, não só pela parceria com a Amatra5, mas, sobretudo, pelo trabalho social que faz, dando oportunidade a crianças e jovens da Bahia a desenvolverem o talento musical.

“Essas Marias fazem nossa vida mais bonita, sobretudo nesse momento di-

Fotos: Antônio Souto





Desembargadora Maria das Graças Boness e a juíza Lea Maria de Oliveira



Maestro Eduardo Torres ao lado do violinista Iure Chagas (11 anos) e da presidente da Amatra5

fácil em que estamos passando”, disse a juíza, referindo-se aos ataques à Justiça do Trabalho. Pediu a todos que se inspirem no exemplo da magistrada que dá nome às medalhas, Fátima Stern. “Precisamos lutar de cabeça erguida, pois a magistratura será mais forte se estivermos unidos”.

### Camerata Popular de Cordas

Antes das homenagens, o evento foi aberto com a apresentação da Camerata Popular da Orquestra de Cordas Dedilhadas Neojibá. Os jovens músicos foram aplaudidos de pé após a execução de seis músicas em instrumentos de corda. Na sequência, a presidente da Amatra5 leu um breve currículo da primeira homenageada, a Desembargadora Maria das Graças Oliva Boness e a chamou para receber o diploma (entregue pelo juiz José Arnaldo de Oliveira) e a medalha (entregue por sua filha, a juíza Ingrid Oliva Boness).

Em seu discurso, a homenageada começou agradecendo aos colegas pela distinção. Disse que estava honrada em receber a comenda e destacou os avanços que conseguiu, junto com sua equipe de magistrados e servidores, no

plano de auto-gestão em saúde do TRT5, que começou com cerca de dois mil associados e hoje possui mais de cinco mil. Citou nominalmente o juiz José Arnaldo de Oliveira pela luta incansável em implantar e gerir um plano que hoje é modelo para outros Tribunais. Depois foi a vez da juíza Lea Maria de Oliveira receber a distinção. O diploma foi entregue por seu esposo, Carlos Eduardo Oliveira, e por seu filho, Mateus Vieira de Oliveira, e a medalha pela juíza e amiga Lígia Mello Araújo Olivieri.

Em seu discurso, a homenageada começou falando da importância do associativismo não só para o exercício da democracia, mas também na construção do indivíduo. Agradeceu o apoio da diretoria da Amatra5 e da secretária-geral da Anamatra, Ana Cláudia Scavuzzi, por terem confiado a organização do CONAMAT, evento que serviu como um grande aprendizado para ela. Agradeceu também à família, segundo a juíza, o pilar de sua vida. E, por fim, falou da honra de receber uma comenda com o nome da magistrada Fátima Stern, que deixou





*A homenagem estabelece um padrão, o aplauso o sinal do acerto, a luz a ser seguida pela magistratura*

Gorgônio Neto, juiz aposentado



um legado reconhecido nacionalmente ligado ao associativismo.

Por fim, o terceiro homenageado, o maestro Eduardo Torres, representando o colega Ricardo Castro, que não compareceu em virtude do nascimento de seu primeiro filho. Ambos integram a Neojibá. A comenda ao maestro foi entregue pelo jovem Iure Nascimento Chagas, de 11 anos, atual “spalla” (primeiro violino) da Orquestra Pedagógica Experimental da Neojibá.

O maestro disse que estava honrado de receber a comenda e falou um pouco da trajetória da Neojibá, que possui 11 núcleos espalhados pela Bahia, levando música e educação para crianças e

jovens. Destacou que o projeto hoje é reconhecido internacionalmente e que os próprios alunos que estão mais avançados atuam como monitores. “Muitos nos honra ter essa parceria com a Amatra5”, destacou.

O evento contou com a presença também de magistrados do Tribunal de Justiça da Bahia; do representante da ABL (Associação Baiana de Imprensa), Nelson José de Carvalho; da representante da Caixa Econômica Federal (apoiadora do evento), Patrícia dos Santos Oliveira e do chefe de gabinete Kivio Dias Barbosa Lopes, representando o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, José Geraldo dos Reis Santos. Após as homenagens, foi servido um coquetel, ao som do jazz de Paulinho Andrade Quarteto.

Para o juiz aposentado Gorgônio Neto, as homenagens são as fitas que unem os magistrados trabalhistas num momento em que a união é muito importante para se ultrapassar as dificuldades que Judiciário está enfrentando. “A homenagem estabelece um padrão, o aplauso o sinal do acerto, a luz a ser seguida pela magistratura”.

Presentes ao evento os diretores Paulo Temporal (Cultural), Marama Carneiro (Aposentados e Pensionistas), Soraya Gesteira (Tesoureira), Edlamar Cerqueira (Diretora-Secretária), Cecília Pontes (Comunicação), Angélica Ferreira (vice-presidente), Juarez Dourado (Prerrogativas) e Lea Oliveira (Social e Eventos) e Sílvia Isabelle (Cidadania e Direitos Humanos).

## COMENDA FÁTIMA STERN

A Comenda Fátima Stern foi instituída com a finalidade de agradecer aqueles magistrados que se destacaram durante o ano, no âmbito da Justiça do Trabalho ou nas diversas lutas e frentes de ação da Amatra5 ou, ainda, que de algum modo tenham agido em benefício do conjunto de associados e, por isso, foram reconhecidos por seus colegas através de seus votos.

A Medalha do Mérito Judiciário da Amatra5 tem a finalidade de agradecer autoridades, parceiros ou entidades que se destacaram colaborando nas lutas e reivindicações da Amatra5, que empunharam bandeiras e lutas afins ou desenvolveram ações em prol da cidadania, do direito e da justiça do trabalho.





## Magistrados lançam livros

O lançamento de dois livros movimentou a Amatra5 no segundo semestre do ano passado. Em agosto, o juiz do Trabalho aposentado e ex-deputado Gorgônio Neto lançou o livro *Brasilíadas*, obra que, segundo o próprio autor, busca apresentar uma história otimista do Brasil. Em setembro foi a vez da juíza do Trabalho Michelle Pires Bandeira Pombo lançar seu primeiro livro, intitulado “*As Ondas Renovatórias do Acesso à Justiça no Processo do Trabalho*”, fruto de sua dissertação de Mestrado. Magistrados, advogados, professores, estudantes e servidores prestigiaram o lançamento dos dois livros.



## Ação de cidadania em Camaçari

A parceria entre TRT5 e Amatra5 gerou mais uma ação de cidadania da Justiça do Trabalho. No dia 19 de novembro, a presidente da Amatra5, Rosemeire Fernandes, e servidores voluntários dos dois órgãos foram até Camaçari participar do Polo de Cidadania daquela cidade. A ação, promovida pelo Cofic e realizada pelo Sesi, aconteceu no estacionamento da Praça Simpatia, em frente à Cidade do Saber, com a presença de um grande público, que foi em busca de serviços como segunda via da carteira de identidade, salão de beleza e exames médicos. A presidente da Amatra5 e os servidores do TRT5 orientaram os trabalhadores que procuraram o estande sobre ações que tramitam na Justiça e distribuíram cartilhas sobre prevenção de acidentes, combate ao trabalho infantil e direitos trabalhistas.

## Magistrados visitam projeto social em Amaralina

Após o exemplo de judocas brasileiros oriundos de projetos sociais que fizeram sucesso nas Olimpíadas, como a medalhista de ouro Rafaela Silva, do Rio de Janeiro, outro projeto na Bahia, a Associação Camelot, que funciona no bairro de Amaralina, passou a receber mais interessados em praticar o esporte. Mas a instituição, que atende gratuitamente crianças e jovens carentes da comunidade, está precisando de ajuda para continuar formando campeões, como a jovem judoca Raissa Ventura, de 12 anos, campeã brasileira em sua categoria.

Os juízes do Trabalho Rosemeire Fernandes (presidente da Amatra5) e Agenor Calazans (coordenador do programa Trabalho, Justiça e Cidadania) visitaram a instituição para conhecer de perto o trabalho e ficaram impressionados com a ação desenvolvida pela Camelot.

“Exemplos como esse precisam ser mais valorizados pela sociedade”, destacou a presidente da Amatra5, que conversou com os responsáveis pela associação, Rita Vidal e José Carlos Ledo, este professor de judô.



Doações podem ser feitas na conta Caixa Econômica Federal  
**Ag. 1509 / Op. 03/  
Conta: 03000011-0**  
Tel: (71) 3347-9852  
/ 99106-2222



## Homenagem nos 40 anos da Abat

A Amatra5, na pessoa da presidente Rosemeire Fernandes, foi homenageada durante a solenidade comemorativa aos 40 anos da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas (Abat), que ocorreu no dia 2 de dezembro, na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), no Corredor da Vitória, em Salvador. A homenagem foi parceria nas ações empreendidas em favor da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho. Em seu discurso, a

presidente da Amatra5 destacou a importância da advocacia para a construção da democracia e ressaltou a importância da união das entidades para o enfrentamento dos desafios no atual cenário de ataques à Justiça do Trabalho. A solenidade teve ainda homenagens aos ex-presidentes e as presenças do procurador-chefe do MPT, Alberto Balazeiro; a presidente do TRT5, desembargadora Maria Adna Aguiar; o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, Roberto Parahyba; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, Luiz Viana; e o presidente da Abat, Emerson Mangabeira.



## Ilhéus sedia congresso internacional de Direito do Trabalho

O Centro de Convenções de Ilhéus sediou, entre os dias 10 e 13 de outubro, um congresso internacional de Direito do Trabalho. Com o apoio da Amatra5, Anamatra e TRT5, o evento contou com palestras dos ministros do TST Cláudio Mascarenhas Brandão e Luiz Philippe de Mello Filho, e do vice-presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano. Presentes ao congresso, a presidente do TRT5, desembargadora Maria Adna Aguiar, a presidente da Amatra5, Rosemeire Fernandes, e os desembargadores do TRT5 Luiz Roberto Peixoto de Mattos e Valtércio Ronaldo de Oliveira. Em pauta, ameaças à segurança social, trabalho escravo contemporâneo, saúde mental no trabalho e discriminação de gênero.

## Encontro em Lençóis reúne patrões, empregados e juizes

A participação ativa de empregadores e empregados expondo seus pontos de vista sobre a lei trabalhista no Brasil foi a grande novidade da quarta edição do seminário “Sindicalismo e Justiça”, realizado nos dias 8 e 9 de setembro, em Lençóis. O evento, que teve como tema “Legislado X Negociado”, foi realizado no Auditório da Casa Afrânio Peixoto, da Fundação Pedro Calmon, com a participação de desembargadores, juizes, advogados, sindicalistas, empresários e estudantes. Participaram como palestrantes o advogado Wadih Habib; a juíza aposentada Geruzia Amorim; a advogada Christiane Gurgel; o desembargador do Trabalho Marcos Gurgel; a juíza Silvia Isabelle; o juiz Luiz Medrado; o desembargador Valtércio de Oliveira e os advogados Jarleno Oliveira e Antônio Menezes, além dos juizes do Trabalho Gilmar Carneiro e Agenor Calazans. A realização foi do Juspetrum, com a parceria da Faculdade D. Pedro II e apoio do TRT5, Amatra5 e entidades sindicais patronais e de trabalhadores.





**Frederico Amado**, Procurador do INSS; **Luciano Martinez**, Juiz do Trabalho; e **Sinésio Cyrino** Auditor aposentado Receita Federal

## Saiba o que muda com a **Reforma da Previdência**

*Questão polêmica e que mexe com a vida de praticamente todos os brasileiros, a reforma da Previdência, cujo texto já foi encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional, preocupa magistrados e promotores do Ministério Público. A Amatra5 saiu na frente e promoveu um evento, dia 16 de dezembro, no Fórum Trabalhista do Comércio, para debater o tema.*

**P**articiparam três especialistas no assunto: o juiz do Trabalho **Luciano Martinez**, doutor pela USP, especializado em Direito Previdenciário; o professor e procurador do INSS **Frederico Amado**; e o professor e auditor aposentado Receita Federal **Sinésio Cyrino**.

Os magistrados tiraram dúvidas e esclareceram diversos aspectos relacionados à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. Ao final, os palestrantes concederam entrevista à Revista da Amatra5. Acompanhe a seguir.

## Qual o impacto da PEC da Previdência para o magistrado?

**Luciano Martinez** – A PEC atinge a todos indistintamente, porque ela não considera a magistratura isoladamente. Ela integra o juiz dentro do sistema jurídico dos servidores de uma forma geral. Portanto, todos os servidores serão afetados.

## Em que medida ela diferencia servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada?

**Luciano Martinez** – Algumas regras que eram do regime próprio de Previdência Social começaram a se aproximar daquelas que já estão contidas no regime geral. Se formos analisar a situação específica do magistrado, talvez as regras de readaptação sejam as mais difíceis de aplicar. No caso eventual de um juiz adquirir alguma limitação física ou mental, se tentará readaptá-lo a outra função para que ele continue recebendo seus vencimentos. Tenho dificuldade de enxergar uma função que respeite a habilitação e o nível de escolaridade de um magistrado para outro cargo.

## Dentro das novas regras propostas pelo governo, alguma aposentadoria dará direito ao recebimento integral?

**Frederico Amado** – Pela PEC, a única aposentadoria em que os proventos serão fixados em 100% é aquela por incapacidade permanente e não mais por invalidez, como na nomenclatura atual. Se essa incapacidade decorrer de acidente no trabalho, a PEC já fixa os proventos em 100%. Se não for, os proventos serão calculados em virtude do tempo de contribuição do servidor.

*Pela PEC, a única aposentadoria em que os proventos serão fixados em 100% é aquela por incapacidade permanente*

*Frederico Amado, procurador do INSS*



## Como fica a situação da mulher dentro dessa proposta?

**Frederico Amado** – Na Previdência atual do servidor público a mulher tem que atingir a idade de 55 anos e o homem de 60 para obter a aposentadoria com os proventos integrais. A regra permanente igualou homem e mulher com 65 anos de idade, mas, em compensação, reduziu o tempo de contribuição para 25 anos e manteve os tradicionais 10 anos de serviço público e cinco de cargo efetivo. O que na verdade foi alterado é que o valor-base dessa aposentadoria vai ser 51% e crescer um por cento a cada ano de contribuição, de modo que para chegar a 100%, o servidor terá que ter 49 anos de tempo de contribuição. Por exemplo, quem começou a contribuir com 20 anos, vai integralizar 49 anos de recolhimento à Previdência aos 69 anos. Se o servidor quiser se aposentar com 40 anos de tempo de contribuição, já tendo 65 anos, ele vai se aposentar com 91% dos vencimentos. Vale destacar que foi criada uma regra de transição, para quem, na data da promulgação da emenda, tiver 50 anos (homens) ou 45 (mulher). Nesses casos, aplica-se acréscimo de 50% sobre o tempo de contribuição que resta com base na regra antiga. Por exemplo, se faltam 10 anos para se aposentar, esse trabalhador terá que trabalhar 15 anos.

## E o aposentado, ele pode ficar tranquilo com a nova PEC?

**Sinésio Cyrino** – Sim, ele pode dormir tranquilo, assim como quem recebe pensão por morte. Como está sendo preservado o direito adquirido, a PEC não afetará também os beneficiários que tenham, na data da publicação da Emenda Constitucional, preenchidos as condições para obter a aposentadoria.

## Pessoalmente o Sr. acha que essa PEC tem excessos?

**Sinésio Cyrino** – Acho que sim. O governo fez uma proposta muito dura e completamente fora da realidade sócio econômica do país e da expectativa da população. Em minha opinião, a intenção foi lançar, inicialmente, regras rigorosas para depois negociar com o Congresso Nacional. Da forma que foi encaminhada, a reforma não será aprovada, creio, pois a sociedade, por meio de seus vários segmentos, se oporá. Por exemplo, a idade de 65 anos, para homem e mulher, é socialmente odiosa. A PEC prevê, também, a impossibilidade de acumular aposentadoria e pensão. Isso é, ao meu sentir, um absurdo, pois as relações jurídicas são distintas, portanto, não devem ser tratadas de forma igual. Uma coisa é o indivíduo ser segurado da Previdência, outra coisa é ser de-

pendente de alguém que faleceu e deixou uma pensão. No passado, lembro, que por meio de Medida Provisória, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou aprovar uma norma semelhante e o Congresso rejeitou de pronto. Tem ainda a obrigatoriedade dos 49 anos de contribuição para obter a aposentadoria integral, ou seja, aquela correspondente a 100% da média do salário de contribuição, uma vez que a reposição básica passou a corresponder a 76%. Isso não é razoável. Além disso, o idoso carente que recebe hoje o benefício com 65 anos de idade – homem ou mulher, com a PEC a idade, gradativamente, passará para 70 anos. E o pior: o Benefício de Prestação Continuada – BPC e de pensão por morte, que hoje estão atrelados ao reajuste do salário mínimo, com as novas regras, ficarão vinculados à inflação, o que significa poder de compra menor para esses beneficiários.

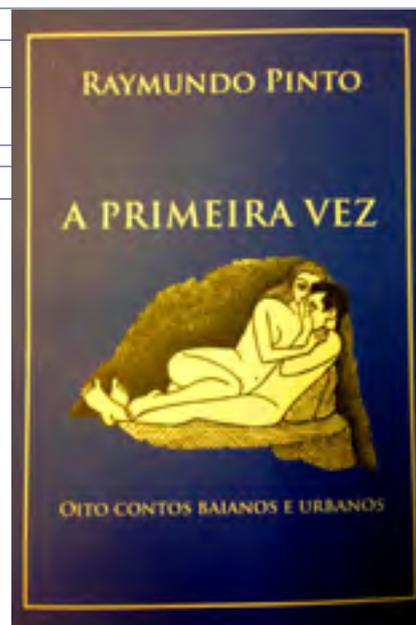
## MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA

<p><b>IDADE MÍNIMA – Como é hoje</b> Não há idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição. A exceção é a aposentadoria por idade: 65 anos (homem) e 60 (mulher);</p>	<p><b>Como pode ficar</b> Quem quiser se aposentar precisará atingir uma idade mínima de 65 anos, tanto para homens quanto para mulheres;</p>
<p><b>TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Como é hoje</b> Mínimo de 15 anos para quem se aposenta por idade. Quem se aposenta por tempo de contribuição, são 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres);</p>	<p><b>Como pode ficar</b> Mínimo para todos: 25 anos (mas para receber 100%, na prática, terá de ser 49 anos de contribuição)</p>
<p><b>CÁLCULO DO VALOR – Como é hoje</b> Depende do tipo de aposentadoria (por idade ou tempo de contribuição) e também do tempo que a pessoa trabalhou. É possível conseguir o valor integral com tempo de contribuição de 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres), caso se enquadre nas regras do 85/95;</p>	<p><b>Como pode ficar</b> Quem cumpre os prazos mínimos (65 anos de idade e 25 anos de contribuição) não ganha aposentadoria de 100% de seu salário, mas apenas 76%. Para chegar aos 100%, é preciso trabalhar mais: ganha 1 ponto percentual por ano de trabalho adicional. Para ganhar 100%, será preciso contribuir por 49 anos;</p>
<p><b>PENSÃO POR MORTE – Como é hoje</b> Pode-se acumular pensão por morte e aposentadoria. O valor não pode ser menor do que o salário mínimo. A pensão é 100% do valor da aposentadoria que o morto recebia;</p>	<p><b>Como pode ficar</b> O cônjuge terá direito a 50% da aposentadoria que o falecido recebia, com previsão de acréscimo de 10 pontos percentuais por filho dependente. Quando o filho deixa de ser dependente, o cônjuge não acumula o valor adicional. Apenas famílias com cinco filhos receberão 100%;</p>
<p><b>SERVIDORES PÚBLICOS – Como é hoje</b> Servidores públicos têm regras próprias de aposentadoria.</p>	<p><b>Como pode ficar</b> Funcionários públicos passarão a seguir as mesmas regras que os trabalhadores de empresas privadas.</p>

## Quentin Tarantino - Coleção Especial - 4 Discos



Para quem gosta do estilo visceral do diretor Quentin Tarantino não pode perder essa coleção com quatro filmes dele: “Pulp Fiction”, “Os Oito Odiados”, “Kill Bill Volume 1” e “Kill Bill Volume 2”. O mais recente é “Os Oito Odiados”, que mostra tipos sociais diversos dentro de um pequeno armazém que revelam segredos sangrentos uns dos outros. Imperdível mesmo é “Pulp Fiction”, para muitos o melhor filme do diretor, que mistura ação com humor ácido e uma trilha sonora inspirada. Destaque para John Travolta e Samuel L. Jackson, além de Uma Thurman e Bruce Willis.



## A primeira vez – oito contos baianos e urbanos

O desembargador aposentado do TRT5 e professor universitário Raymundo Pinto lançou o livro de contos “A Primeira Vez”, ilustrado pelo artista plástico Ângelo Roberto. Prefaciado pelo empresário e escritor Joaci Góes, o livro procura revelar “nossa saga cotidiana em algumas de suas múltiplas dimensões”, conforme está no prefácio. Exemplares podem ser adquiridos na sede da Amatra5.

## U2 - Innocence + Experience - Live In Paris

O show mostra a turnê inovadora da banda irlandesa em seu retorno à capital francesa para duas apresentações muito especiais e emocionantes em dezembro de 2015. Além das apresentações dos convidados Eagles of Death Metal e Patti Smith, “U2 – Innocence + Experience - Live In Paris” põe o público dentro da arena Paris com Bono, Adam Clayton, The Edge e Larry Mullen Jr. Para quem curte a banda é um show imperdível. Disponível em DVD e Bluray.



## Dicas para a **bateria do celular durar mais**

Um dos grandes desafios dos fabricantes de celular é fazer a bateria durar para não deixar o usuário na mão. Mas, mesmo com pouco tempo de autonomia, existem algumas dicas simples que ajudam a economizar bateria sem precisar instalar nenhum aplicativo no aparelho.

### **Brilho automático da tela**

Deixar a tela com menos brilho tem um grande impacto para economizar bateria. O ideal é reduzir a luminosidade para o menor nível que ofereça uma leitura cômoda da tela.

### **Tempo de bloqueio de tela**

Além de ter pouco brilho, a tela deve permanecer ligada somente em momentos importantes para ajudar a economizar a bateria. Quanto menos tempo o aparelho levar para escurecer a tela, maior a economia.

### **Aplicativos com mais consumo**

É preciso verificar também se há algum aplicativo consumindo mais bateria que o desejado. Em geral, aplicativos de redes sociais, como Facebook e Twitter, e plataformas de streaming, como Spotify, são os que mais consomem por executarem muitos arquivos de mídia.

### **Wi-Fi, Bluetooth e GPS**

Não há necessidade de manter o Wi-Fi ligado quando não estiver conectado com nenhuma rede. No caso do Bluetooth, só vale habilitá-lo se o objetivo é transferir arquivos ou conectar com o rádio do carro. O mesmo vale para o GPS.



## **Proteja seu computador de hackers**



*Proteger o computador do ataque de hackers exige vigilância e alguns cuidados básicos. De acordo com um levantamento da empresa de segurança Hotspot Shield, o que mais atrai os cibercriminosos são informações financeiras, correspondendo a 98% dos ataques. Veja algumas dicas de proteção.*

### **Senhas**

Criar senhas diferentes é uma medida importante para evitar danos maiores, caso as informações de usuários de um site caiam nas mãos de um hacker. É importante criar senhas grandes. Quanto maior o número de caracteres, maior a

segurança para a conta. Tente usar senhas com letras maiúsculas e minúsculas, números e caracteres especiais.

### **Navegador**

Uma parcela significativa dos ataques virtuais acontece por meio do navegador. Uma forma simples de se manter seguro é sempre fazer logout de suas contas. A medida impede que hackers consigam acessar dados privados.

### **Conexão segura**

Outra medida importante é não compartilhar informações pessoais se você não estiver em conexões seguras. Verifique se o site utiliza um protocolo seguro, ou seja, um cadeado na barra de endereços.

### **Segurança de rede**

Na maioria das vezes, os ataques malwares são feitos por meio de downloads que passam despercebidos pelo usuário. O meio mais utilizado por cibercriminosos é o e-mail, com a ajuda de anexos. Po-

rém, os códigos maliciosos podem ser enviados com a ajuda de sites hackeados, arquivos falsos ou demonstrações de games. Desabilitar a execução automática pode impedir cerca de 50% dos ataques de malware. Para aumentar a segurança nessa área, verifique as configurações do antivírus e firewall instalados na máquina.

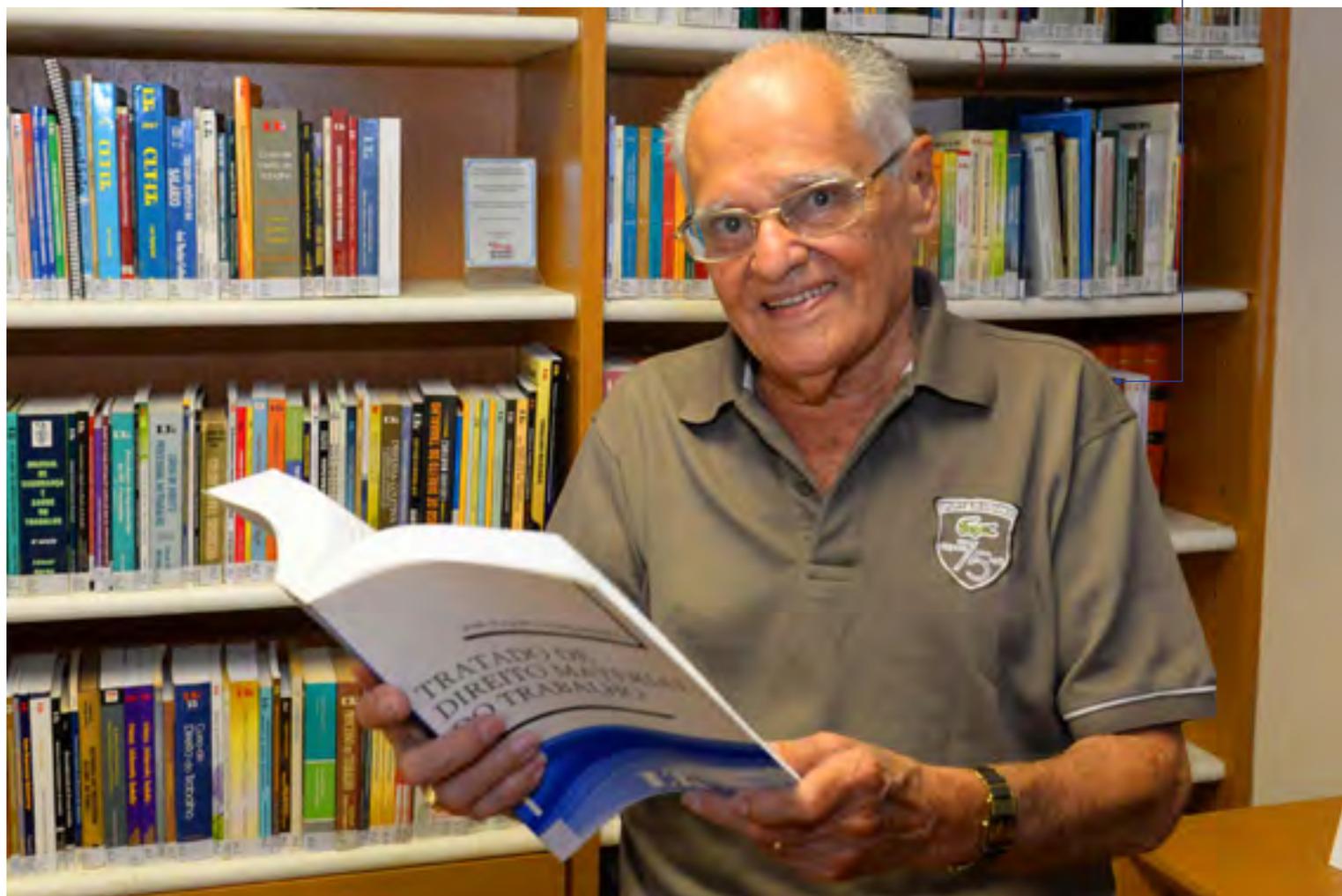
### **Wi-Fi seguro**

As configurações de segurança em redes Wi-Fi podem facilitar o trabalho de hackers. A melhor saída é trocar o padrão de fábrica para a senha e o nome da rede. Além disso, escolha o padrão de criptografia WPA2, que oferece o protocolo de segurança mais forte para conexões sem fio. Em redes públicas, o cuidado deve ser ainda maior. Dê preferência para redes móveis (3G e 4G). As alternativas são mais seguras e, dificilmente, um hacker conseguirá roubar seus dados a partir desse tráfego.

# “Resolvi ser juiz para combater a opressão contra o trabalhador”

*“Trabalhávamos com máquina de escrever e papel carbono, coisas que as novas gerações nem conhecem”*

**A**os 87 anos, o jurista e juiz aposentado **José Augusto Rodrigues Pinto** tem uma memória impressionante e uma saúde invejável. Além de continuar estudando e escrevendo livros (o último foi em parceria com o colega Rodolfo Pamplona em homenagem ao centenário de Luiz de Pinho Pedreira da Silva), ele gosta de alimentação saudável e faz caminhadas regularmente. Casado com Ana Maria Albuquerque Pinto há 22 anos, o magistrado leva uma vida tranquila, sem muita agitação. Acompanhe a seguir um pouco da trajetória desse juiz aposentado que dignifica a Justiça do Trabalho.



## 1 Como foi o início de sua carreira?

Ingressei na Magistratura depois de treze anos de advocacia. Fui da primeira turma da Universidade Federal da Bahia, em 1952. Antes, os alunos dessa área se formavam pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Comecei a trabalhar em São Paulo e depois voltei para Salvador, a pedido da família. Como advogava para empresas, fui me encantando pelo Direito Trabalhista e reprovando a opressão do trabalhador pela desigualdade econômica na relação de emprego. Quando, em 1965, foi aberto concurso para Juiz do Trabalho, inscrevi-me para tentar minimizá-la pelo melhor caminho, o da justiça. Fui aprovado e nomeado, junto com os doutores Maurício Pereira e Iguassu Rebouças, para o cargo de Juiz Substituto do Trabalho e, menos de dois meses depois, estávamos promovidos para o de Juiz Presidente de JCJ. Acho que foi o acesso mais rápido da história da 5ª Região.

## 2 Passou por muitas cidades da Bahia?

Sim. Comecei em Juazeiro, onde instalei a Junta de Conciliação e Julgamento. De lá fui para Jequié, Santo Amaro e, finalmente, Salvador, em 1973. Na época, os desembargadores eram denominados juízes do Tribunal Regional do Trabalho. Quando estava na capital, substituí vários deles em afastamentos, inclusive para substituição de ministros do TST.

## 3 Quando foi sua aposentadoria?

Minha aposentadoria foi em 1981, por opção, porque na época, já era também professor concursado de Direito e Processo do Trabalho, e entendi que o exercício simultâneo dos dois cargos não me deixaria tempo para aprofundar meu conhecimento e repassá-lo em livros. Mesmo assim, não me afastei da Justiça do Trabalho, pois até 2001 fui assessor de diversos juízes presidentes de JCJ, entre os quais os futuros presidentes do TRT da 5ª Região, Ministro Hylo Gurgel e Anníbal Sampaio. No magistério me aposentei em 1997, embora ainda profira palestras, como professor convidado, em cursos de pós-graduação.



## 4 Como era ser juiz naquela época?

Quando comecei era mais simples. Trabalhávamos com máquina de escrever e papel carbono, coisas que as novas gerações nem conhecem. O movimento também era consideravelmente menor e formávamos uma família nas então seis Juntas de Salvador. A sede do Tribunal e das Juntas era na Praça da Sé e, após o término das audiências, era costume 'assinarmos o ponto' no gabinete da presidência para proveitosas discussões sobre o Direito do Trabalho e processos em andamento.

## 5 O senhor lembra algum caso curioso que julgou?

Sim, tive muitos, porém o mais curioso aconteceu em Santo Amaro. Era a reclamação de uma humilde empregada doméstica contra o seu empregador, um octogenário. Quando lhe perguntei se havia possibilidade de conciliação, ele desandou a destratar a reclamante, que ainda era bastante jovem, inclusive assacando contra a sua dignidade. Admoestei-o a conter-se e respeitar sua contendora e a Justiça, mas ele não se deteve. Então, solicitei ao secretário da Junta que o recolhesse a uma sala escura que não era usada, onde ficaria detido por desacato à autoridade até a lavratura do auto em flagrante. A notícia se espalhou com rapidez porque o preso era pai de um vereador muito conhecido

na cidade. Logo, o político apareceu para colocar panos quentes. Apenas lhe disse que esperasse até o fim da pauta, quando conversaríamos. Naquele dia, fiz questão de retardar o mais possível as audiências. Terminada a sessão, mandei entrarem os dois. O castigo deve ter sido edificante para o empregador, pois assim que propus a conciliação, ele e seu filho a aceitaram pressurosamente, pediram desculpas à humilde reclamante, pagaram à vista e nunca mais apareceram por lá.

## 6 Como foi sua adaptação às novas tecnologias?

Todo mundo tem que se adaptar ao computador, ferramenta essencial para escrever e se comunicar. O Direito do Trabalho muda numa velocidade muito grande, acompanhando as mudanças sociais. Hoje tenho trocado a produção de livros pela de capítulos em coletâneas coordenadas por outros juristas e por artigos tópicos em revistas especializadas.

## 7 Como é sua rotina? O que faz para manter a forma?

Na juventude joguei futebol e um pouco de vôlei. Hoje faço caminhada de uma hora por dia e procuro me alimentar de forma saudável. Meu hobby é a música. Gosto de jazz e tango argentino, além de Bossa Nova. Já se vê que meu tempo é outro, e afação que foi muito feliz.

# Juiz não distribui renda

*Tem se falado muito que os juízes do trabalho “distribuem renda”, raciocínio que pretende esconder o que de fato acontece. Juiz aplica a lei. Realiza a justiça.*



**Rosemeire Lopes Fernandes**, Juíza do Trabalho, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - Amatra5

# A

o julgarem os casos que lhe são submetidos, a missão dos magistrados trabalhistas não é a distribuição de renda, mas a aplicação da lei, na restauração

da ordem jurídica violada. Segundo a Constituição Federal, cabe à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, as que envolvem greve, acidentes de trabalho, sindicatos e outras decorrentes das relações de trabalho. Se esta atuação resulta distribuição de renda, significa dizer que a situação de violação de direitos restaurada pela atuação do judiciário trabalhista, implicava na retenção de créditos em desfavor daquele que tinha seu direito sonogado, hipótese mais comum no judiciário trabalhista. E, para agravar, créditos de natureza alimentar. Portanto, a chamada “distribuição de renda” consistiria numa consequência da atuação judicial de “dar a cada um o que é seu”, observando a Constituição da República, as leis do país e as provas produzidas. A isto se chama distribuição de Justiça.

Sem prejuízo de outros argumentos, milita em favor desta tese o fato de que 49,62% das ações trabalhistas ajuizadas em 2014<sup>1</sup>, ou seja, quase a metade, corresponde à cobrança de parcelas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho e ao seguro desemprego (5,63% deste total). Ou seja, da violação de uma garantia trabalhista mínima.

É certo que com sua atuação, o Judiciário Trabalhista devolve à economia bilhões de reais, através dos acordos e da execução de suas decisões, movimentando a economia. Isto porque, considerando que a esmagadora maioria dos credores é constituída de trabalhadores desempregados, tais recursos são aplicados na aquisição de bens destinados à sua subsistência e de sua família.

<sup>1</sup> Relatório Justiça em Números 2015 do CNJ



“  
*O Judiciário Trabalhista  
 devolve à economia  
 bilhões de reais,  
 através dos acordos e  
 da execução de suas  
 decisões, movimentando  
 a economia*

*Juíza Rosemeire Lopes Fernandes*

”

Mas, com a sua atividade, a Justiça do Trabalho ainda recolhe aos cofres públicos volumosos recursos. Em 2014<sup>2</sup>, foram R\$2,8 bilhões. Este montante representou um retorno financeiro de 19% das despesas efetuadas no seu funcionamento. Deste valor, R\$2,03 bilhões corresponderam a contribuições previdenciárias. No mesmo período, foram recolhidos em custas, emolumentos e taxas, R\$360 milhões e, de Imposto de Renda, R\$345 milhões. Outros R\$18 milhões corresponderam às receitas decorrentes da execução de penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho. Não. A Justiça do Trabalho não distribui renda. Não é esta a sua missão constitucional, embora de sua atuação resultem créditos ao trabalhador – retroalimentando a economia – e recolhimentos aos cofres públicos. Sua missão fundamental é pacificar as relações entre capital e trabalho, cuja litigiosidade cresce dia a dia. O crescente número de ações

<sup>2</sup> idem

trabalhistas em trâmite e daquelas que ingressam a cada ano (são mais de 70 milhões em trâmite) bem revelam o grau de litigiosidade neste âmbito e, bem por isso, ressalta a importância deste ramo do Poder Judiciário para o equilíbrio e a pacificação das relações sociais. A Justiça do Trabalho constitui patrimônio da sociedade. É boa para a economia, aquecendo-a com o retorno ao mercado de consumo dos valores sonogados na execução dos contratos de trabalho. É boa para o trabalhador, porque lhe possibilita o acesso à justiça na prevenção ou reparação de direitos violados. Por fim, a Justiça do Trabalho é boa para o bom empregador, porque restaura o equilíbrio da concorrência. Sim, porque aquele que pratica preços inferiores à média dos seus concorrentes às custas da violação de direitos dos trabalhadores e da sobregação de encargos e tributos, pratica concorrência desleal, prejudicando àqueles que cumprem suas obrigações. Vale refletirmos sobre a quem interessa o fim da Justiça do Trabalho.



*Ao longo desses anos, percebi que os juízes que frequentam os ateliês começam a ter ganhos terapêuticos, não ficam mais angustiados e conseguem entender que esse é um processo normal de sua atividade laboral*

*Mônica Veras, psicanalista e psicóloga*

## Ateliê de psicanálise alivia o estresse das audiências

*Iniciativa da Escola Judicial, o espaço serve para a reflexão sobre a prática jurisdicional*

**C**om o objetivo de fazer a interface entre a psicanálise e o Direito do Trabalho, com a análise da atividade jurisdicional vivenciada no dia a dia pelos magistrados, o Ateliê da Psicanálise funciona desde 2011, tendo à frente a psicanalista e psicóloga **Mônica Veras**.

Iniciativa da Escola Judicial, o ateliê trabalha o estresse ocupacional advindo das audiências, dos acúmulos de processo e das questões enfrentadas pelos magistrados da Justiça do Trabalho. Mônica Veras esclarece que a ideia do ateliê foi conceber um tecido novo, espaço de construção de novos saberes e de reflexão sobre a prática jurisdicional. Segundo ela, as dificuldades nas audiências são comuns a todos os juízes, envolvendo a escuta do advogado,

das testemunhas e análise dos processos. “O juiz atua de forma solitária e seu papel de julgar gera angústia”, diz a especialista.

Apesar de os temas das audiências serem diferentes, a ansiedade que acompanha o julgamento é a mesma. “Ao longo desses anos, percebi que os juízes que frequentam os ateliês começam a ter ganhos terapêuticos, não ficam mais angustiados e conseguem entender que esse é um processo normal de sua atividade laboral”.

Mônica lembra que por trás da toga existe uma pessoa, que tem sua subjetividade. “A toga não o imuniza de suas próprias angústias e o juiz precisa mostrar uma aparência de tranquilidade, mesmo que esteja tenso, angustiado, emocionado”.



Ela compara ao psicanalista, que, mesmo passando por problemas pessoais, não fica incapacitado de ouvir o sofrimento psíquico de seus pacientes. Alguns juízes, inclusive, começaram a estudar mais o assunto depois que participaram do ateliê, outros a fazer análise para lidar com seus conflitos.

Mônica Veras destaca que esse trabalho é inédito e que pensa em escrever um livro sobre o assunto. Diz que quando foi pesquisar sobre o tema para construir o projeto, só encontrou textos sobre mediação e de psicólogos que assistem audiências, mas nada parecido com o ateliê.

“A ideia não é eu estar na audiência, mas fazer a escuta da escuta dos juízes. Da mesma forma, quando eu recebo em meu consultório um psicanalista que

vai apresentar um caso clínico, eu faço a escuta da escuta desse profissional”. O livro, acredita Mônica Veras, vai ajudar a evitar as doenças ocupacionais advindas da atividade jurisdicional. “São muitos afastamentos por depressão, pânico e doenças psicossomáticas e o ateliê é uma alternativa”.

O espaço é neutro e nele os magistrados não precisam mostrar conhecimento jurídico, eles vão desprovidos de armaduras, de blindagens.

Os ateliês são realizados com periodicidade mensal, além de quatro conferências (duas em cada semestre), abertas também aos servidores do TRT5.

O ateliê tem o reconhecimento da Amatra5 e da Anamatra, tanto que Mônica Veras já fez uma conferência em Brasília para a Anamatra abordando a ques-

tão dos aposentados. O trabalho já é conhecido fora da Bahia. O TRT4, por exemplo, já a chamou duas vezes para realizar uma dinâmica no Rio Grande do Sul, o mesmo acontecendo em Campinas (SP) e São Luís (MA).

Na visão de Mônica, as dificuldades oriundas das audiências são resolvidas com menos dificuldade, porque os magistrados têm agora uma escuta sensível. “Tem aumentado a conciliação nas mesas de audiência e eles estão mais atentos às testemunhas, às manipulações que podem acontecer em situações de julgamento”.

Conforme explica a especialista, a psicanálise trabalha com a dialética. “Nem sempre o que se fala é o que se sente. Às vezes, por trás do discurso existe outro, onde está o sujeito, é a fala do

inconsciente”. Mônica Veras afirma que às vezes o não dito é audível para quem está atento. “Onde a pessoa é mais verdadeira é no tropeço verbal, no lapso, no ato falho. É o inconsciente falando”. A especialista acredita que depois de passar pelo ateliê o juiz fica mais sensível aos tropeços, aos atos falhos, às lacunas dos discursos. “Somos mamíferos falantes, mas a palavra nunca diz tudo, é um semi-dizer, sempre tem algo escondido”.

## Vanguarda nacional

A juíza Ana Cláudia Scavuzzi, ex-presidente da Amatra5 e atual secretária-geral da Anamatra, é uma das participantes mais antigas do Ateliê e destaca que a Escola Judicial baiana foi vanguardista, sendo a primeira no Brasil a fazer um trabalho desse tipo com os juízes. “No ateliê, temos uma visão ampla em relação à psicanálise e também desenvolvemos técnicas de defesa que nos ajudam na mesa de audiência”, diz a magistrada, lembrando que é preciso manter certa

distância, mas, ao mesmo tempo, atuar com empatia para resolver o conflito. A juíza acrescenta que é um momento de troca de experiências entre os magistrados, que relatam algumas situações difíceis enfrentadas nos processos e encontram, em conjunto, alguns caminhos para resolvê-las. “Por trás de muitos casos analisados existem problemas psicológicos, situações comportamentais e até familiares que a experiência do ateliê nos proporciona perceber e até nos auxilia numa melhor e eficaz atuação”, diz Ana Cláudia, acrescentando que é preciso haver a escuta imparcial do juiz, mas ele tem que buscar formas para tentar pacificar o conflito e, para tanto, utiliza várias técnicas que são discutidas e aprimoradas no ateliê. “É tão bom o ateliê que saímos até mais leves. O efeito que opera em cada um é fantástico! Registre-se que essa opinião não é só minha, mas de todos que participam. Que continue com muitos anos!”

*No ateliê, temos uma visão ampla em relação à psicanálise e também desenvolvemos técnicas de defesa que nos ajudam na mesa de audiência*

Ana Cláudia Scavuzzi, juíza



# TRABALHO INFANTIL

VOCE NÃO VÊ,

MAS EXISTE

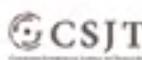
ANA, 13 ANOS  
TRABALHA COMO  
DOMÉSTICA

Aproximadamente 258 mil crianças  
trabalham como domésticas no  
Brasil. Além de terem baixa  
remuneração, elas estão  
sujeitas a abusos físicos,  
psicológicos e sexuais.

Saiba mais:  
[www.tst.jus.br/trabalho infantil](http://www.tst.jus.br/trabalho infantil)



PROGRAMA DE COMBATE AO  
**TRABALHO INFANTIL**  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO





ANAMATRA  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS MAGISTRADOS DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## A JUSTIÇA DO TRABALHO ESTÁ AMEAÇADA!

**Em plena crise econômica, os trabalhadores que recorrerem à Justiça do Trabalho para fazer valer os seus direitos encontrarão dificuldade e demora na solução dos processos, por conta dos inexplicáveis cortes orçamentários. Devemos procurar apoio e recursos para assegurar os atuais padrões de eficiência.**

